

# Apresentação

---

## Andréa Barbosa Gouveia

O segundo semestre de 2011 começou com a publicação do Acórdão do Supremo Tribunal Federal que julgou improcedente a ação de inconstitucionalidade sobre a lei do Piso Salarial Profissional de Professores movida por cinco governadores em 2008. A notícia, alvissareira certamente, é apenas mais um episódio na defesa de condições de valorização do magistério no Brasil, que seguiu 2011 e entra em 2012 com uma pauta legítima, histórica e agora, efetivamente constitucional, de garantir um patamar mínimo abaixo do qual nenhuma rede deve fixar a remuneração dos docentes, e mais importante, ao reconhecer que é parte do trabalho docente a atividade de planejamento, estudo, avaliação e por isto, exige a garantia de uma jornada semanal que inclua hora atividade.

Destas constatações pode-se compreender os desdobramentos em mobilização de diversas redes de ensino pública pelo país afora e pode-se propor algumas indagações: estamos vivendo um ciclo de lutas que poderia ser considerado – lutas pós PSPN? O reconhecimento da constitucionalidade da lei amplia a capacidade de mobilização dos profissionais? As condições de crescimento do país explicitam a precariedade de remuneração de professores? Na diversidade e desigualdade de condições de desenvolvimento dos municípios brasileiros, a que distancia estamos das promessas da lei do PSPN? Estas são questões da agenda política, mas também da agenda de pesquisa, pois considerando a centralidade do trabalho docente no processo de democratização da escola, é fundamental que a promessa de valorização se efetive de fato como reconhecimento social e monetário.

O cenário brasileiro, contudo, não é o único a demandar debates sobre o papel social do professor. Assim, este encontro entre a agenda sindical docente e a qualidade da escola é recorrente em outros países da América Latina,

em especial quando considerados os efeitos das reformas educacionais dos anos 1990. Desta forma, este número do JPE apresenta uma possibilidade de diálogo entre estudos sobre sindicalismo docente, condições de trabalho, carreira e remuneração que pretende contribuir para a compreensão da conjuntura e da estrutura desta questão.

O primeiro texto *El magistério mexicano y el SNTE las transformaciones del trabajo docente em México*, de José David Alarid Dieguez apresenta as contradições na ação do sindicato nacional dos trabalhadores em educação do México que tem pactuado políticas educacionais com o governo nacional inspiradas nas orientações das reformas educacionais gerenciais do fim do século XX. O autor consegue construir um panorama sobre as mudanças na carreira docente, permitindo compreender o movimento que secundariza indicadores de carreira, historicamente reconhecidos, como, por exemplo, experiência e formação em pós-graduação; colocando no lugar sistemas de avaliação centrados em resultados dos alunos em exames nacionais e/ou formação continuada em cursos rápidos, que são polêmicos quanto à capacidade de medir de fato qualidade de trabalho do professor. O artigo apresenta, entre outras reflexões, uma faceta importante da privatização da educação pela via da oferta privada dos cursos de formação, além da forma pouco democrática de tomada de decisão no contexto mexicano.

O segundo texto faz uma tomada mais local, *Política Educacional Pública e Sindicalismo Docente na Região Metropolitana de Curitiba*, os autores Andréa B. Gouveia e Marcos Ferraz discutem as possibilidades da ação docente no encontro entre uma política educacional que aprofundou o processo de municipalização do ensino no Brasil e a estrutura sindical brasileira que tem no município sua primeira unidade de ação. Os autores buscam levantar

questões sobre as possibilidades de conflito/negociação, em especial, a partir dos efeitos que a política de financiamento da educação do fim do século XX teve em municípios com diferentes capacidades orçamentárias.

O terceiro texto, *Regulan los estatutos docentes? Una aproximación al caso Argentino*, de Roxana Perazza apresenta uma leitura dos principais impasses para discussão da carreira docente, a partir do caso argentino, que tem como marco importante de organização das carreiras em 1958, o estatuto nacional de professores. A autora apresenta reflexões sobre desafios referentes à avaliação de desempenho, a qualificação e certificação de docentes, as condições de ingresso/progressão na carreira, que são abrangentes e, de formas diferentes, expressam tensões que dialogam tanto com o caso mexicano, que implementou mudanças nas políticas educacionais que conflitam mais com as carreiras docentes tradicionais, quanto com o caso brasileiro, que vive a construção das carreiras de forma descentralizada e desigual. Estas condições desiguais aparecem nos textos de Minhoto e de Guiterres, Gemaque e Luz.

Maria Angélica Minhoto, no artigo *Plano de cargos, carreira e remuneração do magistério público municipal de Boa Vista (RR): uma análise da valorização e do estímulo ao trabalho docente*, analisa o caso dos professores de uma unidade federativa brasileira, o que é fundamental, posto que a vida funcional dos trabalhadores do setor público no Brasil depende de regras aprovadas pelo ente federado a que o servidor presta concurso, portanto para conhecer a realidade das condições de valorização docente neste país, é preciso considerar a diversidade de situações em vigor. A autora analisa as condições de valorização prometidas no Plano de Cargos aprovado em 2009 na capital do Acre, e, evidencia as contradições entre ganhos de remuneração real para o magistério, valorização da formação dos professores e incorporação de critérios de desempenho que revelam muitas

fragilidades na promessa de avaliar a qualidade do trabalho docente, elementos que constroem um cenário complexo quanto a possibilidade do magistério ser uma carreira atraente para as novas gerações.

Ainda, no contexto de compreenderem-se as condições do magistério nos diferentes contextos subnacionais do Brasil, o artigo *A carreira dos profissionais do magistério do sistema municipal de educação de Belém: o dito e o feito*, de Dalva Valente Guimarães Gutierrez, Rosana Maria Oliveira Gemaque e Silvia Leticia D'Oliveira da Luz, analisam a dispersão das regras de carreira e remuneração no município de Belém. As autoras ponderam que, ainda que o percurso de luta dos professores e negociação com os diversos gestores municipais ao longo do tempo resultem em possibilidades de remuneração que cumprem o PSPN, a profusão de leis dificulta a compreensão do “dito” sobre valorização profissional do professor e, em consequência, diminuem a efetividade de tal processo no âmbito do “feito” da política educacional.

O último texto fecha o bloco de discussões com um olhar mais amplo para as políticas de valorização dos professores. Aline Chalus Vernick Carissimi e Rose Meri Trojan no artigo *A valorização do professor no Brasil no contexto das tendências globais exploram dados da pesquisa Talis (Teaching and Learning International Survey)* para analisar as condições de formação inicial e continuada dos professores no Brasil, além das condições de trabalho (jornada, remuneração, alunos por turma). Ao comparar os dados do Brasil com outros países mapeados pela pesquisa Talis as autoras conseguem problematizar aspectos estruturais da profissão docente que revelam desigualdades econômicas mundiais.

E, finalmente Juliana Subirá resenha o livro *Sindicato e Magistério: constituição e crise*, de Maria Tereza Canezin que nos leva a uma viagem a história do Sindicato do Magistério de Goiás.

Esperamos que os artigos aqui reunidos promovam diálogos profícuos e polêmicos!